

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

O presente documento, denominado Estudo Preliminar, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05 /2017-MPOG.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar empresa especializada na confecção e fornecimento de PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

3. Descrição da necessidade

A identidade funcional é o documento oficial com fé pública em todo o território brasileiro utilizado pelos servidores da Polícia Federal para comprovação da condição de agente público (art. 2º do Decreto nº 10.266/2020).

O Instituto Nacional de Identificação, órgão da Diretoria Executiva da Polícia Federal, é a unidade responsável pela expedição do documento de identificação dos integrantes da Carreira Policial Federal (em consonância ao disposto no artigo 4º, do Decreto 98.380/89) e dos servidores do PECPF.

Em razão das medidas especiais de segurança a identidade funcional dos servidores da Polícia Federal é emitida em forma de documento físico (inc. I do § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.266/2020).

Os itens que atualmente integram o conjunto de identificação funcional dos servidores da Carreira Policial Federal e do PECPF estão regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 112/2017-DG/PF, de 08/03/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 047, de 9 de março de 2017.

A contratação do serviço especificado é necessária, considerando o exposto acima e que a Contratante não possui, em seus quadros, pessoal técnico, maquinário e tecnologia para a confecção de porta funcionais.

Trata-se de serviço continuado tendo em vista que o objeto integra o conjunto de identificação funcional com o cartão de identidade funcional. Assim, evitando o descompasso com a vigência deste que é de serviço contínuo. Ademais, este serviço de expedição de documentos funcionais é contínuo por se tratar de substituições por demanda dos servidores, seja por desgaste, alteração do status funcional, extravio/furto/roubo.

A licitação é composta por apenas um único item, com adjudicação do objeto a apenas uma empresa, visando evitar perda de confidencialidade, padronização do serviço a ser executado e do controle da numeração sequencial, e por conseguinte, melhorando a segurança do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPEX/DSEG/INI/DIREX/PF	FERNANDO FERREIRA REZENDE FREITAS

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A modalidade pregão eletrônico foi escolhida pelo entendimento de que a confecção de porta funcional se enquadra como “bens e serviços comuns”, definidos nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 10.024/2019 uma vez que as especificações dos materiais (couro bovino, papel, fios de poliéster, linha de poliamida, visores de plástico PVC, latão não ferroso, etc.), bem como, as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos porta funcionais e definidas neste Termo de Referência são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras (porta funcionais), brasões, distintivos e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos.

Portanto, a modalidade pregão eletrônico, que tem sido usada frequentemente para serviços por órgãos do governo, foi escolhida para garantir uma compra mais econômica, segura e eficiente para a Administração.

O Sistema de Registro de Preços - SRP foi selecionado em razão da necessidade de aquisições do serviço programadas que observem a conveniência do parcelamento pela Administração, visando ao atendimento gradual da demanda, de modo a evitar que grande quantidade do material seja solicitado e guardada/acondicionada em local seguro (cofre) por longo período e, assim, elidir a possibilidade de expor o bem, composto por material orgânico (couro bovino), a riscos, como por exemplo, o aparecimento de mofo (fungos) que, eventualmente, poderia comprometer a qualidade geral do conjunto de identificação funcional. Desta forma o SRP é a solução preferencial, segundo previsto no artigo 3º do Decreto no. 7.892/2013, inciso I “quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”.

Não foi efetuada a Intenção de Registro de Preços por outros órgãos e entidades, devido às peculiaridades da utilização do produto a ser contratado, pois o conjunto de identificação funcional somente pode ser expedido pela Polícia Federal, e mais especificamente pelo Instituto Nacional de Identificação, desta forma também não será permitida a participação de órgãos não participantes da licitação.

O critério de julgamento para a contratação da empresa será aquele que apresentar o menor preço unitário, haja vista que trata basicamente do mesmo produto, diferindo apenas na distribuição dos caracteres no Distintivo da Polícia Federal.

Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

O objeto da contratação é a entrega de um produto final individualizado (Porta Funcional), conforme especificações contidas no presente Termo de Referência e devem estar conforme as amostras enviadas para laudo técnico emitido por laboratório credenciado/acreditado pelo INMETRO.

A prestação dos serviços deverá ter início em até 15 dias após a finalização do processo de contratação. O contrato deve ter vigência pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos até o máximo de 60 meses, visando futuros atendimentos às necessidades da Diretoria Executiva da Polícia Federal.

Trata-se de serviço comum, conforme definido nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, uma vez que as especificações dos materiais (couro bovino, papel, fios de poliéster, linha de poliamida, visores de plástico PVC, latão não ferroso, etc.), bem como, as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos porta funcionais e definidas no normativo são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras (porta funcionais), brasões, distintivos e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos, assim é desnecessária transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Tendo em vista que a presente demanda é serviço comum e já foi alvo de licitação e houve participação de vários fornecedores, não há que se considerar qualquer restrição ou direcionamento de mercado.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Poderá ser disponibilizado pelo SEPEX, caso haja interesse da empresa melhor classificada, 01 (um) modelo de porta funcional da PF de cada cargo, devendo os mesmos serem devolvidos no momento da primeira entrega do produto ou 5 dias úteis após a sua desclassificação do certame.

Cabe a empresa melhor classificada no certame solicitar e recolher os modelos acima citados, mediante recibo de entrega, retirando-os no Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais – SEPEX.

Encerrada a fase de lances, a licitante melhor classificada terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, para encaminhar as amostras de porta funcionais acompanhada de laudo técnico emitido por laboratório credenciado/acreditado pelo INMETRO - comprovando que as amostras atendem as especificações do Edital - ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais-SEPEX, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431 /9895, em horário comercial.

Caso justificado, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado por até 20 (vinte) dias úteis a critério da Administração.

Caso as amostras da licitante melhor classificada não sejam aceitas, será convocada a sua sucessora e assim por diante até que seja selecionada empresa que apresente amostras que atendam a todas as exigências constantes neste Termo de Referência e devidamente atestadas pelo SEPEX.

As amostras deverão estar acondicionadas individualmente em embalagem lacrada, e devidamente identificadas com os dados da empresa licitante, número do Pregão, e dispor, na embalagem, de informações quanto às características do item ou itens correspondentes, tais como data de fabricação, quantidade e modelos, bem como estar acompanhadas de catálogo ou folhetos do fabricante contendo informações técnicas detalhadas sobre as amostras para fins de comprovação do atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência.

As amostras encaminhadas deverão estar identificadas pelo laboratório que as analisou.

A Licitada deverá analisar as amostras em até 15 (quinze) dias úteis, expedindo comunicado acerca da aprovação ou reprovação das amostras durante esse prazo. Os porta funcionais apresentados como amostras serão abertos para análises e, em caso de aprovação, não serão contadas como parte do total a ser entregue posteriormente, cabendo a despesa para confecção a cargo da empresa.

Será necessária apresentação de amostras para todos os materiais especificados neste Termo de Referência, devendo ser apresentadas para análise 01 (uma) amostra de porta funcional para cada um dos cargos: AGENTE, DELEGADO, ESCRIVÃO, PERITO, PAPILOSCOPISTA e ADMINISTRATIVO, totalizando o número de 06 (seis) amostras.

A numeração das amostras que deverão ser entregues deverão constar em numeração sequencial a partir da numeração 00001.

Serão rejeitadas as amostras que apresentarem divergências em relação às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

As amostras rejeitadas serão arquivadas no SEPEX pelo prazo de 01 (um) ano, a ser contado da data da homologação do certame, sendo o SEPEX encarregado por sua futura destruição.

Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nos produtos apresentados.

A avaliação de cada produto será feita com base na amostra fornecida e na documentação oficial do fabricante. Serão efetuados testes e verificações de conformidade e resistência das amostras apresentadas pelos licitantes até que sejam consideradas aceitas pela Administração.

Os porta funcionais apresentados como amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas características técnicas dos produtos que serão posteriormente entregues pela CONTRATADA.

Mediante análise da amostra, se constatada tentativas de lesar a Administração por crimes inseridos nos incisos II, III e IV do Art. 96 da Lei 8.666/93, a licitante responsável pela amostra será imediatamente desclassificada, sem prejuízo de outras sanções administrativas e criminais.

A exigência de apresentação de amostras é devida pela necessidade de padronização dos documentos de identificação funcional da Polícia Federal, cuja prerrogativa no caso do cargo dos Policiais Federais, confere a seu portador porte de arma e franco acesso a locais sujeitos à fiscalização pública. Nesse diapasão, o produto a ser contratado não poderá conter alterações em relação aos demais conjuntos de identificação funcional, permitindo o imediato reconhecimento pelos diversos órgãos públicos e privados.

Os porta funcionais entregues como amostras serão analisadas pela Administração que, a seu critério, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, poderá consultar órgão oficial para manifestação técnica e, se consideradas aprovadas, não farão parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, quando solicitado.

O Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais – SEPEX emitirá declaração opinando sobre a aprovação ou não das amostras, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à conformidade e qualidade dos produtos apresentados.

No julgamento das AMOSTRAS serão considerados os seguintes critérios:

O atendimento às especificações constantes deste Termo de Referência.

O parecer técnico emitido por órgãos oficiais, no caso da realização de consulta, à critério da Administração.

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá confeccionar e fornecer PORTA FUNCIONAIS conforme modelo e especificações previstas no anexo II da IN 112/2017 - DG/PF.

O objeto entregue deve estar conforme as amostras analisadas em laudo técnico emitido por laboratório credenciado/acreditado pelo INMETRO.

A Contratante solicitará, mediante ordem de serviço enviada por e-mail da CONTRATADA, o fornecimento de quantitativo por cargo, de acordo com sua demanda e conveniência.

A empresa vencedora tem o prazo para o fornecimento dos porta funcionais em até 60 (sessenta) dias corridos a partir do recebimento da ordem de serviço.

A CONTRATADA entregará os porta funcionais separados por cargo e devidamente acondicionadas individualmente em sacos plásticos com a identificação do código numérico e por fora das caixas de papelão uma etiqueta indicando o nome da empresa, data de entrega, função gravada nos brasões que estão na caixa e a sequência numérica dentro de cada caixa.

A CONTRATADA deve realizar a entrega dos porta funcionais em sequência numérica crescente.

Para melhor proteção do plástico incolor afixado na aba nº 2, visão interna, a CONTRATADA deverá incluir um papel comum, nas dimensões de 90 mm x 70 mm na sua parte interna, que será removido quando da utilização do porta funcional.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

<u>Indicador n.º 01</u>	
<u>Porta funcionais com erros de confecção</u>	
<u>Finalidade</u>	<u>Garantir maior qualidade no processo de produção.</u>
<u>Meta a cumprir</u>	<u>Índice de erro menor do que 0,03.</u>
<u>Instrumento de medição</u>	<u>Contagem de porta funcional com erro de confecção, entregues ao SEPEX, será feita a cada 100 unidades.</u>
<u>Forma de acompanhamento</u>	<u>Servidores designados pela Contratante verificarão visualmente todos os porta funcionais entregues. Mensalmente, será produzido relatório com os erros verificados. O recebimento por verificação visual do porta funcional, não exime a CONTRATADA em eventual substituição do porta funcional quando o defeito de fabricação for verificado no uso.</u>
<u>Mecanismo de Cálculo</u>	<u>O número de porta funcionais com erros de confecção/100 = X.</u>
<u>Início de Vigência</u>	<u>Data da publicação do extrato do Contrato.</u>
<u>Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade</u>	<u>Se X menor ou igual a 0,03 → 100% do valor dos porta funcionais</u> <u>Se X maior a 0,03 e menor a 0,05 → 95% valor dos porta funcionais fornecidos</u> <u>Se X igual ou maior a 0,05 e menor a 0,08 → 90% valor dos porta funcionais fornecidos</u> <u>Se X maior de 0,08 → 85% valor dos porta funcionais fornecidos</u>

Indicador n.º 02

<u>Capacidade de atendimento da demanda</u>	
<u>Finalidade</u>	<u>Garantir o atendimento da demanda.</u>
<u>Meta a cumprir</u>	<u>Conforme Ordem de Serviço emitida pela CONTRATADA.</u>
<u>Instrumento de medição</u>	<u>Contagem dos porta funcionais entregues por Ordem de Serviço.</u>
<u>Forma de acompanhamento</u>	<u>Um servidor designado pela Contratante controlará o número de porta funcionais fornecidos, de acordo com planilha de controle de numeração sequencial por cargo enviada pela CONTRATADA.</u>
<u>Mecanismo de Cálculo</u>	<u>Número de porta funcionais fornecidos/números de pedidos enviados para a confecção = X</u>
<u>Início de vigência</u>	<u>Data de publicação do extrato do Contrato</u>
<u>Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos na Ordem de Serviço em que ocorreu a constatação da desconformidade</u>	<u>Se X igual ou maior que 0,95 → 100% do valor dos porta funcionais fornecidos.</u>
	<u>Se X menor que 0,95 e maior ou igual a 0,90 → 95% do valor dos porta funcionais fornecidos.</u>
	<u>Se X menor que 0,90 ou maior ou igual 0,80 → 90% do valor dos porta funcionais fornecidos.</u>
	<u>Se X menor que 0,8 → 85% do valor dos porta funcionais fornecidos.</u>

6. Levantamento de Mercado

Desde a modernização do CIF da Polícia Federal, a Instituição já firmou dois contratos, o primeiro, com duração até 20/08/2018, de número 12/2017 - COAD/DLOG e o último de número 44/2019 cujo término ocorreu em 24/10/2021.

Tendo em vista que a presente demanda já foi alvo de licitações e houve participação de vários fornecedores, não há que se considerar qualquer restrição ou direcionamento de mercado.

Para o atendimento da demanda especificada, foram levantadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1: Aquisição dos serviços com entrega total:

Esta forma de aquisição implica na entrega da totalidade dos serviços que se pretende adquirir em uma única parcela, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

- a) Pontos Positivos: esta alternativa facilita a gestão e fiscalização da contratação, uma vez que a entrega se dá em sua totalidade;
- b) Pontos negativos: não atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições por demanda dos servidores.

Alternativa 2: Aquisição dos serviços com entrega parcelada:

Esta forma de aquisição implica na entrega parcelada dos serviços que se pretende contratar, após a assinatura do contrato ou envio da Nota de Empenho (nos casos em que o Termo de Contrato for dispensado):

a) Pontos Positivos: esta alternativa atende à necessidade de fornecimento para os servidores da Polícia Federal, por se tratar de substituições específicas e pontuais por demanda dos servidores;

b) Pontos negativos: a contratada pode apresentar dificuldades na aquisição de insumos para entrega parcelada..

Alternativa 3: Adesão a Ata de Registro de Preços:

a) Pontos positivos: A participação como órgão não participante, denominado "carona", tem algumas características que a doutrina relaciona. O jurista Jorge Ulisses Jacoby ensina:

"Depois de ressaltar os casos de contratação direta e impor, como regra, o princípio da licitação, a Constituição Federal define os limites desse procedimento, mas em nenhum momento obriga a vinculação de cada contrato a uma só licitação ou, ao revés, de uma licitação para cada contrato. Essa perspectiva procedimental fica ao alcance de formulações de modelos: no primeiro, é possível conceber mais de uma licitação para um só contrato, como na prática se vislumbra com o instituto da pré-qualificação em que a seleção dos licitantes segue os moldes da concorrência, para só depois licitar-se o objeto, entre os pré-qualificados; no segundo, a figura do carona para em registros de preços ou a previsão do art. 112 da Lei nº. 8.666/93. Desse modo, é juridicamente possível estender a proposta mais vantajosa conquistada pela Administração Pública como amparo a outros contratos.

O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica já possuir, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.

É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa.

Os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e do sistema de "carona" consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já alcançada a proposta mais vantajosa.

Além disso, quando o carona adere a uma Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste.

É importante não perder de vista que a licitação é um procedimento prévio a um contrato e quanto menos tempo e custo consumir mais eficiente é o processo.

(Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: <http://www.jacoby.pro.br/Carona.pdf>)"

Nessa seara, a opção de contratação por adesão a sistema de registro de preços apresenta vantagens, como economia processual e outras, relacionadas a seguir:

12. (...)aicu

Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.

Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.

(Sistema de Registro de Preços: Perguntas e respostas. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno: Brasília, 2014)

b) Pontos negativos: esta alternativa dificulta o processo licitatório em razão das características técnicas exigidas para a confecção do objeto necessárias ao Órgão, razão pela qual dificultaria a adesão à Ata de Órgão diverso.

Da consulta ou audiência pública

A consulta ou audiência pública foi dispensada pelo fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

Justificativa da alternativa escolhida:

A solução escolhida é a Alternativa 2, por ser a alternativa que melhor se aplica a necessidade do órgão.

7. Descrição da solução como um todo

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá confeccionar e fornecer PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em referência ao quantitativo a ser demandado, estima-se a confecção de aproximadamente 2.500 (duas mil e quinhentas) unidades de porta funcionais pelo período de 01 (um) ano.

O quantitativo estimado de porta funcionais decorre dos seguintes motivos:

Média de emissões por ano: 1306.

Concurso Público em andamento: 1500.

Deve-se considerar que as requisições dos serviços serão realizadas de acordo com as demandas existentes no decorrer do exercício financeiro, sendo o quantitativo de 2.500 porta funcionais mera estimativa, não sendo possível, portanto, inferir um quantitativo mínimo de unidades a ser cotado/adquirido, principalmente pela sazonalidade e variabilidade dos fatores de demanda (extravios, primeira investidura, autorização de novos concursos, desgaste, etc).

Visando facilitar a logística de produção, entrega e recebimento, cada ordem de serviço será de no máximo 1.000 (mil) unidades.

Caso haja prorrogação do contrato, considerando a não previsão de concursos futuros, o quantitativo será de 1.200 (mil e duzentos) unidades para os anos seguintes.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 372.250,00

Em atendimento ao artigo 5º, incisos II e IV da IN n.º 73/2020-ME, e artigo 3.º, inciso II e IV da **Portaria MJ n.º 449 de 18 de maio de 2021** acosta-se ao presente procedimento propostas oriundas de pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até seis meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório e uma aquisição e/ou contratação similares de outros entes públicos, firmadas no período de até um ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

O mapa comparativo de preços segue o modelo disponibilizado no ANEXO II-B da Portaria MJ n.º 449, de 18 de maio de 2021;

A metodologia é a considerada mais adequada à formação de preços nos termos ao artigo 5º, inciso II e IV, da IN n.º 73/2020-ME, e do artigo 3º, inciso II e IV, da Portaria MJ n.º 449 de 18 de maio de 2021, sendo utilizada a média dos valores encontrados, conforme art. 6º da IN 73/2020 SEGES/ME.

Não foi possível a utilização dos parâmetros citados no artigo 5º, incisos I e III da IN n.º 73/2020-ME, e artigo 3.º, incisos I e III da **Portaria MJ n.º 449 de 18 de maio de 2021**, em razão do site do painel de preços não apresentar no momento da pesquisa ferramentas suficientes para viabilizar a pesquisa (21453202), e em razão de não ter sido possível encontrar pesquisa publicada em mídia especializada, respectivamente.

Após a prospecção de mercado, confeccionou-se mapa comparativo de preços e concluiu-se que o modelo proposto se apresenta como o mais vantajoso para a Administração, dos pontos de vista da economicidade, e eficiência administrativa, haja vista as especificidades do mercado no Brasil.

COMPARATIVO DE PREÇOS PELO MÉTODO MÉDIA DAS PROPOSTAS	

Item /especificação	Empresa/Órgão Pesquisado/Banco de preços						
	PROPOSTA COMERCIAL (21441666)	PROPOSTA COMERCIAL (21441703)	PROPOSTA COMERCIAL (21450965)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2021 (21453887)	Média (valor da unidade)	Valor estimado para o primeiro ano (2.500 unidades)	Valor estimado por ano com prorrogação (1.200 unidades)
Porta funcional (unidade)	R\$ 198,60	R\$ 177,00	R\$ 130,00	R\$ 90,00	R\$ 148,90	R\$ 372.250,00	R\$ 178.680,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Ainda que seja regra, o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

O foco principal da contratação pretendida é um só: a confecção e o fornecimento de PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal.

Assim, a licitação é composta por apenas um único item, com adjudicação do objeto a apenas uma empresa, visando evitar perda de confidencialidade, padronização do serviço a ser executado e do controle da numeração sequencial, e por conseguinte, melhorando a segurança do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O objeto integra o conjunto de identificação funcional com o cartão de identidade funcional, autuado sob nº 08203.000472/2020-40.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No Boletim de Serviço nº 154, de 16 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução nº 005-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, que aprova a atualização do Plano Estratégico 2014/2022, o Mapa Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, os objetivos estratégicos e as ações estratégicas, o plano estratégico, o detalhamento dos indicadores estratégicos e a descrição detalhada dos objetivos estratégicos e das ações estratégicas.

No item 2. destaca-se o 2.1. Objetivo: Desenvolver a Cultura de Gestão Estratégica, o item 2.2.5. Ação Estratégica: Incrementar as Ações para Desenvolvimento dos Servidores, o item 2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos, e o item 2.7. Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle Institucional.

Item devidamente incluído no PAC 2022 sob nº 1703.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se manter a expedição do documento de identificação funcional dos integrantes da Carreira Policial Federal e dos servidores do PECPF, garantido a segurança de acessos, ampliando a credibilidade e protegendo a imagem institucional.

14. Providências a serem Adotadas

O objeto do contrato não requer adequação ao ambiente do órgão.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, cumpre mencionar que a presente contratação segue os requisitos impostos na diretiva.

A empresa que vier a ser contratada adotará práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme obrigação prevista em contrato e mediante declaração a ser apresentada de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade socioambiental dos processos de extração e/ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que a continuidade do fornecimento de Porta Cartões de Identidade Funcional para que o SEPEX possa continuar atendendo as demandas de pedidos de Conjuntos de Identificação Funcional;

Assim, concluímos pela VIABILIDADE da contratação pretendida.

17. Responsáveis

SEI nº 20116159

FERNANDO FERREIRA REZENDE FREITAS
PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL/RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

SEI nº 20116159.

CLARISSE DE CASTRO WAKAI
PAPILOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL/MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

SEI nº 20116159.

LEONARDO TEIXEIRA FABRIS
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL/INTEGRANTE ADMINISTRATIVO